

Ranking de Notícias: Definição sobre empate em Recurso Especial foi destaque

O destaque da semana foi a decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal que definiu que a regra que beneficia réu em caso de empate na votação de pedidos de Habeas Corpus também pode ser aplicada a julgamento de Recurso Especial que contesta a concessão de HC. Segundo entendimento do ministro Teori Zavascki, "não há fundamento algum que autorize o afastamento dessa regra diante de um julgamento de Recurso Especial interposto pelo Ministério Público contra acórdão concessivo de Habeas Corpus". *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Meta não alcançada

Levantamento do Conselho nacional de Justiça aponta que apenas 27% dos tribunais cumpriram a meta de julgamento estabelecida pelo CNJ. O compromisso firmado em novembro de 2011 estabelecia que as cortes deveriam julgar mais ações de conhecimento que as distribuídas ao longo de 2012, bem como reduzir o estoque de processos dessa natureza em tramitação. Mais de dois terços ficaram fora da meta. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Novos TRFs

Foi aprovada pela Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (03/04) a PEC que determinou a criação de mais quatro Tribunais Regionais Federais: da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª regiões, com o desmembramento dos cinco tribunais já existentes. A proposta tem o objetivo de agilizar a Justiça Federal, especialmente com a descentralização dos trabalhos dos tribunais já existentes e, se aprovada pelas mesas diretoras do Senado e da Câmara, terá os novos TRFs instalados em seis meses. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista do domingo

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o advogado José Horácio Ribeiro, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) explica como será sua gestão, frente ao instituto, criado em 1874. De acordo José Horário o Iasp deve ampliar sua participação nas discussões jurídicas em pauta, seja no Congresso Nacional ou nos tribunais. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Coluna da Semana

A coluna Consultor Tributário intitulada "Brasil pune contribuinte que investe em educação", do advogado Igor Mauler Santiago, critica o limite de abatimento das despesas com educação no Imposto de Renda, considerado ínfimo pelo advogado. Para ele, no Brasil, a capacidade contributiva não é levada a sério. "Escola, no Brasil, para dar direito à dedução integral de imposto de renda, só mesmo escola de samba", diz. *Clique [aqui](#) para ler a coluna.*

Artigo da semana

O promotor Edson de Resende Castro e os juízes Márlon Reis e Marcelo Roseno de Oliveira propõem

eleições proporcionais em dois turnos como o melhor sistema eleitoral para o Brasil. No artigo, os autores sugerem um modelo híbrido, que incorpore as vantagens contidas nos sistemas de listas abertas e fechadas, evitando ou reduzindo as suas desvantagens. *Clique [aqui](#) para ler o artigo.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 403,7 mil visitas e teve 923 mil visualizações de página de 29 de março a 4 de abril de 2013. A segunda-feira (1/4) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 79,4 mil visitas.

O texto mais lido, com 17,3 mil visitas, foi a notícia com um modelo de contrato para empregadas domésticas conforme as novas normas vigentes. *Clique [aqui](#) para ler.*

O segundo texto mais lido, com 12,5 mil visitas, foi a notícia sobre a Lei Seca e o fato de a dosagem alcoólica não ser fato que possa, por si só, definir se o motorista está ou não com sua capacidade psicomotora alterada. *Clique [aqui](#) para ler.*

As 10 mais lidas

[Advogado cria modelo de contrato para empregadas](#)

[Dosagem alcoólica por si só não define infração penal](#)

[TJ-SP afasta desembargador por cobrar advogados](#)

[Câmara aprova criação de mais quatro TRFs](#)

[Lei Carolina Dieckmann enfrentará dificuldades na prática](#)

[Tout va très bien dans le monde juridique](#)

[Indenização por nome no SPC tem teto de 50 salários](#)

[Juristas dizem que MP não pode fazer investigação](#)

[Ministro suspende condenação a Paulo Henrique Amorim](#)

[Sites recomendam métodos para revisão de textos](#)

Comentário da Semana

Na notícia sobre a decisão da Justiça Federal de Goiás que negou o pedido de liminar para suspender a Resolução do Conselho Federal de Medicina que permite o paciente estabelecer os cuidados e tratamentos aos quais não quer ser submetido quando estiver no fim da vida, o advogado Valdir comentou: "Com o devido respeito a todas as interpretações, ao meu sentir referida resolução não passa de um aval ao suicídio voluntário, eis que parece evidente que o paciente que assim age tem por meta o termo da vida, o que é frontalmente contrário à essência da medicina que é a preservação da vida e a utilização de todos os recursos para a salvação dela. O posicionamento do CFM, bem como da Justiça Federal, de preservação da dignidade humana não passa de subterfúgio para legalizar não só a ortotanásia, mas também a própria eutanásia, por caminhos torpes, culminando na 'vontade' voluntária do paciente, que é o suicídio". *Clique [aqui](#) para ler.*

Manchetes da Semana

[Só 27% dos tribunais julgaram mais ações do que receberam](#)

[TJ-SP aposenta juiz que arrematou imóveis em leilões](#)

[Câmara aprova criação de mais quatro TRFs](#)

[Supremo julgará critérios para escolha de desembargadores](#)

[Nova Lei de Lavagem gera insegurança, dizem advogados](#)

[Para candidatos à PGR, MP pode conduzir investigação](#)

[Justiça permite que médico siga vontade de paciente terminal](#)

[Comissão do CNJ vai estudar se Justiça Militar é necessária](#)

[PEC das Domésticas deve aumentar número de ações na Justiça](#)

[Restituição por fim de contrato pode ser feita em dez anos](#)

[Decisão do STF sobre Cofins na importação cria expectativas](#)

["Está na hora de o Iasp expandir seus horizontes"](#)

[OAB-SP quer fortalecer sua câmara arbitral para advogados](#)

[Empate beneficia réu em julgamento de Recurso Especial](#)

Date Created

06/04/2013